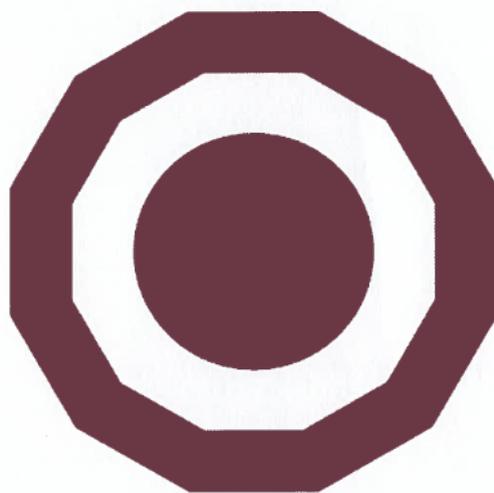


COLISEU MICAELENSE

Demonstrações Financeiras Ano de 2023



COLISEU MICAELENSE

Convocatória



**COLISEU
MICAELENSE**

**COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE
EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A.**

Sede: - Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa – Ponta Delgada

**Sociedade Anonima co o número fiscal de contribuinte 512059420,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada,
com o capital social de 1.750.000,00 Euros**

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos **Artigos 8.º n.º 2 e 10.º n.º 1 do Contrato de Sociedade**, convocam-se todos os Acionistas no pleno gozo dos seus direitos para se reunirem em Assembleia Geral a ter lugar no dia **28 de março de 2024**, pelas 10H00, no edifício do Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa – Ponta Delgada, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

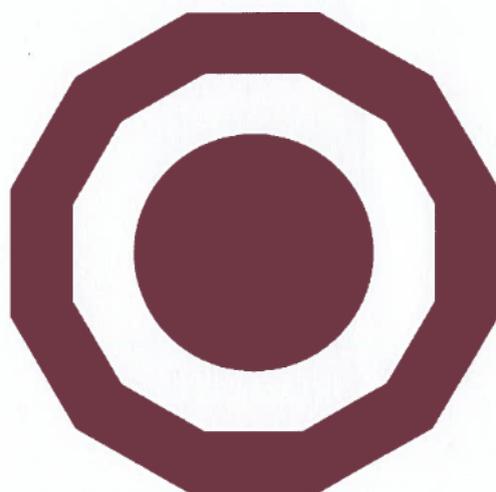
- 1.º Deliberar sobre o Relatório e Contas do exercício de 2023;
- 2.º Deliberar sobre a Proposta da Aplicação de Resultados, apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
- 4.º Tomada de conhecimento da renúncia apresentada do Doutor Sérgio Resendes ao cargo de Vogal do Conselho de Administração.
- 5.º Deliberar sobre a nomeação de novo Vogal do Conselho de Administração, para completar o mandato em curso

Nos termos do **Artigo 289.º n.º 1 alínea e) do Código das Sociedades Comerciais**, informam-se os Senhores Acionistas que os documentos atrás descritos serão facultados 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Ponta Delgada, 13 de março de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

PEDRO FILIPE RODRIGUES FURTADO



COLISEU MICAELENSE

Relatório das Atividades Ano de 2023



**COLISEU
MICAELENSE**

Relatório das Atividades Ano de 2023

Ao longo do ano 2023, o Coliseu Micaelense recebeu os seguintes eventos:

1. Baile de Réveillon 2023 – 1 de janeiro
2. Brinde de Ano Novo CMPD – 06 de janeiro
3. Concerto de Ano Novo 2023 – 15 de janeiro
4. Natália Correia - Escolas – 20 de janeiro (2 sessões)
5. Natália Correia – 21 de janeiro
6. Suar do Bigode - Bumba na Fofinha – 22 de janeiro
7. Apresentação Agenda 2023 – 26 de janeiro
8. Fernando Pereira – 27 de janeiro
9. Baile de Carnaval Sénior – 7 de fevereiro
10. Baile de Carnaval APACDAA – 8 de fevereiro
11. Grandes Bailes de Carnaval 2023 – 17 e 20 de fevereiro
12. Jantar Festa Encerramento do 16º Congresso Ordem dos Arquitetos – 4 de março
13. Dia Internacional da Mulher – 8 de março
14. Entre a Lava e o Mar | " Dos Nossos para os Nossos" – 11 de março
15. XXII EL AÇOR – 17 e 18 de março
16. Gala do Desporto – 23 de março
17. Apresentação Festival Tremor – 27 de março
18. Almoço Romeiros – 29 de março
19. Festival Tremor – 31 de março e 1 de abril
20. Tertúlia Viola da Terra – 3 de abril
21. Ensaio Aberto JOB – 5 de abril
22. Concerto 9ª Sinfonia de Beethoven | Jovem Orquestra Portuguesa – 9 de abril
23. The Phantom of the Ópera – 16 de abril
24. Exibição do filme "Irregular" – 19 de abril
25. Vida e Vozes de Natália Silva – 25 de abril

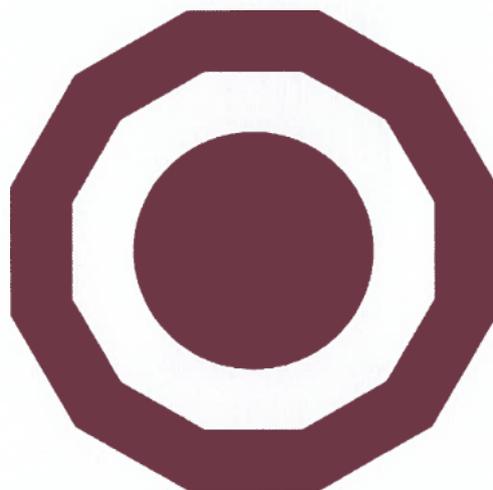
26. 4ª Reunião Intercâmbio Inter-Regional no Âmbito da Rede para a Construção Circular e Sustentável – 27 e 28 de abril
27. Abertura do "Ciclo de Artes" - Associação Sêniores – 2 de maio
28. Mariza – 5 de maio
29. 106º Aniversário do Coliseu Micaelense – 10 de maio
30. Festa do Emigrante – 12 de maio
31. Querido Luís – 25 de maio (2 sessões)
32. Vida Plena e Positiva- Lançamento do livro – 26 de maio
33. Gilmário Vemba | TEMAS – 27 de maio
34. Treze – 17 e 18 de junho
35. I Am Humor – 30 de junho
36. The Portuguese Kids | Summer Vacation Tour – 20 de julho
37. International Urban Fest Azores – 23 e 24 de julho
38. Concerto EMSOC – 29 de julho
39. Martinho da Vila – 160 Voltas ao Sol – 8 de setembro
40. Conferência Ordem dos Engenheiros Técnicos – 9 de setembro
41. António Zambujo e Miguel Araújo – 22 e 23 de setembro
42. Festa Branca Sênior – 27 de setembro
43. Summer Off Radio On – 30 de setembro
44. Eduardo Madeira – 7 de outubro
45. Workshop Vida Plena e Positiva – 14 de outubro (2 sessões)
46. Evento Privado Festa de Aniversário – 14 de outubro
47. Os Três Porquinhos e o Lobo Faminto – 17 de outubro (3 sessões)
48. Tomada de Posse Ordem dos Arquitetos – 19 de outubro
49. The Gift Coral – 21 de outubro
50. Conferência Direção Regional Ambiente e Alterações Climáticas – 25 de outubro
51. Frankenstein - O Filme – 27 de outubro
52. PDL Halloween Glam – 31 de outubro
53. Pedro Abrunhosa – 4 de novembro
54. Fadoalado – 18 de novembro
55. Conferência de Imprensa - Festival POP – 23 de novembro
56. Carolina Deslandes – 25 de novembro
57. Homenagem Póstuma a José Pracana – 27 de novembro
58. Ouço-te na Sombra da Praça Vazia, mas não sei de ti – 29 de novembro
59. XVIII Ínsula – 1 e 2 de dezembro
60. O Natal está à porta – 5 de dezembro
61. Atividade Associação Sêniores de São Miguel – 5 de dezembro
62. Circo Mágico de Natal – dia 6 de dezembro (1 sessão)
63. Circo Mágico de Natal – dia 7 de dezembro (2 sessões)
64. Circo Mágico de Natal – dia 8 de dezembro (3 sessões)



COLISEU
MICAELENSE

65. Circo Mágico de Natal – dia 9 de dezembro (3 sessões)
66. Concerto de Natal – 10 de dezembro
67. Festa de Natal | Colégio Gente Palmo e Meio – 11 de dezembro
68. Festa de Natal 2023 ATLS – dias 12, 13 e 14 de dezembro
69. Ilhas – 16 de dezembro
70. Festa de Natal CCR – 17 de dezembro

No total, passaram pelo Coliseu Micaelense **91 eventos** originando em **53 557 espetadores.**



COLISEU MICAELENSE

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

2023: Um Ano de Superação, Envolvimento e Rumo ao Futuro

1. Introdução

O ano de 2023 foi marcado pela superação dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, pela implementação de um novo plano estratégico e pelo envolvimento do Coliseu Micaelense na candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura (CEC) para 2027. A entidade, ciente do seu papel fundamental na promoção da cultura e na dinamização da região, assumiu uma postura proativa e resiliente, alcançando resultados históricos e posicionando-se para um futuro promissor.

2. Enquadramento económico

O contexto económico global e nacional em 2023 ainda apresentava algumas restrições relacionadas à pandemia de COVID-19, mas já mostrava sinais de recuperação gradual. No setor cultural, a retoma da atividade era evidente, com o público a regressar aos eventos presenciais, ainda que com alguma cautela.

3. Desempenho da entidade

Em 2023, o Coliseu Micaelense vivenciou uma recuperação significativa da sua atividade cultural, após os desafios impostos pela pandemia nos anos anteriores. A entidade, ciente do seu papel fundamental na promoção da cultura e na dinamização da região, implementou um conjunto de medidas estratégicas que resultaram em um crescimento expressivo dos seus indicadores de desempenho:

- **Volume de negócios:** Aumento de **400%** em relação a 2022, totalizando **€ 833.482,13**.
- **Resultados líquidos:** Aumento de **128%** em relação a 2022, totalizando **€ 81.195,79**.
- **Número de eventos realizados:** Aumento de **57%** em relação a 2022, totalizando **91 eventos**.
- **Número de espetadores:** Aumento de **88%** em relação a 2022, totalizando **53.557 espetadores**.

4. Envolvimento na candidatura a Capital Europeia da Cultura

O Coliseu Micaelense desempenhou um papel fundamental na candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura (CEC) para 2027. A candidatura, intitulada "Azores 2027", foi liderada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas contou com a colaboração de diversas entidades da região, incluindo o Coliseu Micaelense.

O Coliseu contribuiu para:

- **Elaboração do dossier de candidatura:** O Coliseu forneceu informações sobre a sua programação cultural, infraestrutura e capacidade de organização de eventos de grande porte.
- **Promoção da candidatura:** O Coliseu organizou e participou em diversos eventos para promover a candidatura de Ponta Delgada, tanto na região como a nível nacional e internacional.
- **Mobilização da comunidade:** O Coliseu trabalhou com diversas entidades da região para mobilizar a comunidade em torno da candidatura.

Embora Ponta Delgada não tenha sido escolhida como Capital Europeia da Cultura para 2027, a candidatura "Azores 2027" foi considerada um grande sucesso. A candidatura contribuiu para:

- **Aumentar a visibilidade de Ponta Delgada e dos Açores a nível internacional.**
- **Promover a cultura da região.**
- **Mobilizar a comunidade e fortalecer o sentimento de identidade regional.**

5. Estratégias para o futuro

O Coliseu Micaelense está confiante na sua capacidade de continuar a crescer e a prosperar nos próximos anos. A entidade está comprometida com a sua missão de promover a cultura e a dinamização da região, através de:

- **Programação diversificada e de qualidade:**
 - Oferecer espetáculos para todas as idades, gostos e públicos-alvo.
 - Priorizar a produção nacional e a coprodução internacional.
 - Promover a diversidade cultural e a inclusão social.
- **Fortalecimento da marca Coliseu Micaelense:**
 - Investir em comunicação e marketing estratégico.
 - Ampliar a visibilidade da programação e dos eventos.
 - Reforçar o posicionamento da marca como referência cultural na região.
- **Diversificação das fontes de receita:**
 - Aumento da captação de patrocínios e apoios.
 - Exploração de novas oportunidades de negócio.
- **Adaptação ao contexto económico:**
 - Monitorização constante do contexto económico e social.

6. Proposta de aplicação dos resultados.

Tendo em conta o atrás exposto, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido obtido, no montante de 81.195,79 euros (oitenta e um mil cento e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos), seja constituída uma reserva legal de 5% e que o restante seja transferido para resultados transitados.

7. Considerações finais

O ano de 2023 foi um ano de grande sucesso para o Coliseu Micaelense. A entidade consolidou a sua recuperação após a pandemia, posicionou-se como um dos principais agentes culturais da região e desempenhou um papel fundamental na candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura.

Com uma programação diversificada e de qualidade, um compromisso com a acessibilidade e a inclusão, uma gestão eficiente dos seus recursos e um forte envolvimento com a comunidade, o Coliseu Micaelense está preparado para enfrentar os desafios do futuro e continuar a contribuir para o desenvolvimento cultural da região.

Alguns dos principais pontos a destacar do ano de 2023:

- **Crescimento significativo dos indicadores de desempenho:** Aumento de 87% no volume de negócios, 150% nos resultados líquidos, 57% no número de eventos realizados e 88% no número de espetadores.
- **Envolvimento na candidatura a Capital Europeia da Cultura:** A candidatura "Azores 2027" foi considerada um grande sucesso, contribuindo para aumentar a visibilidade da região e mobilizar a comunidade.
- **Implementação de um novo plano estratégico:** O novo plano visa consolidar o crescimento da entidade, diversificar as fontes de receita e adaptar-se ao contexto económico.

8. Perspetivas para o futuro:

O Coliseu Micaelense está confiante na sua capacidade de continuar a crescer e a prosperar nos próximos anos. A entidade está comprometida com a sua missão de promover a cultura e a dinamização da região, através de uma programação diversificada e de qualidade, da gestão eficiente dos seus recursos e da adaptação constante às novas realidades.

O Coliseu Micaelense agradece a todos os que contribuíram para o seu sucesso em 2023, desde o público aos parceiros, passando pelos colaboradores da entidade.

Ponta Delgada, 27 de março de 2024

O Conselho de Administração



Cassilda Alexandra Antunes Lopes
Presidente



Sérgio Alberto Fontes Rezendes
Vogal

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Ponta Delgada, 27 de Março de 2024

Ao Revisor Oficial de Contas
Drº Duarte Félix Tavares Giesta
Sócio de Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
Rua Dr.º Caetano de Andrade, nº 5 - 2º Centro
9500 - 037 Ponta Delgada

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2023, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

- 1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.4 Não existem:
 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- 1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

- 1.8 Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos. Apresenta-se em seguida (d) uma lista das referidas distorções não corrigidas:

Descrição	Efeito ativo	Efeito passivo	Efeito resultado	Efeito outras rubricas capital próprio
Total das distorções não corrigidas				

- 1.9 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião sem reservas.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

- 2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
- 2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.
- 2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.
- 2.5 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
- 2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

- 2.9 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas.
- 2.10 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.11 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.12 Não temos projetos ou intenções:
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
 - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.



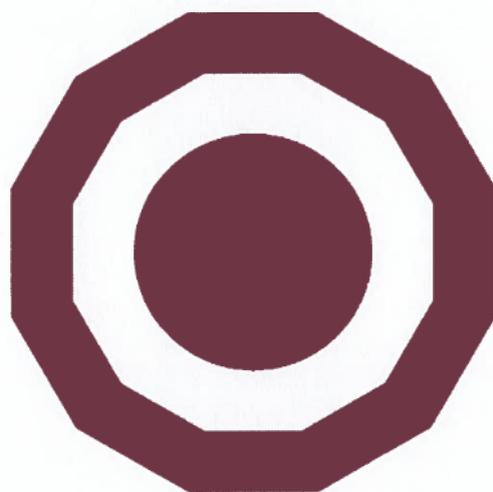
COLISEU
MICAELENSE

2.13 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.14 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

A Administração



COLISEU MICAELENSE

Mapas Financeiros

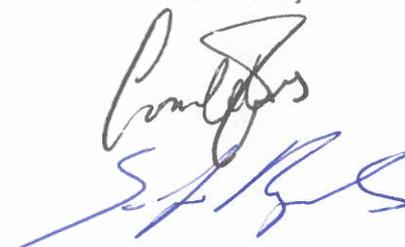
BALANÇO INDIVIDUAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	5	13 471 849,74	13 653 164,06
Ativos intangíveis	3	49 781,47	149,34
Outros ativos financeiros	18.6	4 495,96	3 813,49
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CORRENTES		13 526 127,17	13 657 126,89
Inventários	10	4 759,22	-
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	107 288,14	44 559,56
Estado e outros entes públicos	18.3	22 908,90	64 045,22
Outras contas a receber	18.5	449,58	1 217,71
Diferimentos	24.2	26 130,07	29 781,91
Caixa e depósitos	1	200 024,38	184 464,22
TOTAL DOS ATIVOS CORRENTES		361 560,29	324 068,62
TOTAL DO ATIVO		13 887 687,46	13 981 195,51
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital		1 750 000,00	1 750 000,00
Ações próprias		(244,51)	(244,51)
Reservas		324 776,80	324 776,80
Resultados transitados		1 026 767,05	957 521,72
Excedentes de revalorização		7 476 485,68	7 535 428,45
Resultado líquido do período		81 195,79	(290 465,88)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	18.7	10 658 980,81	10 277 016,58
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	7	1 717 437,34	1 915 687,00
Passivos por impostos diferidos	18.5	834 288,40	845 265,88
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CORRENTES		2 551 725,74	2 760 952,88
PASSIVO CORRENTE:			
Credores por transferências e subsídios concedidos		6 500,00	182 727,00
Fornecedores	18.2	79 550,36	73 154,05
Estado e outros entes públicos	18.3	14 013,42	14 836,98
Financiamentos obtidos	7	269 833,15	392 468,45
Outras contas a pagar	18.5	94 807,13	126 759,37
Diferimentos	24.2	212 276,85	153 280,20
Outros passivos financeiros		-	-
TOTAL DOS PASSIVOS CORRENTES		676 980,91	943 226,05
TOTAL DO PASSIVO		3 228 706,65	3 704 178,93
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO		13 887 687,46	13 981 195,51

O Contabilista Certificado



A Administração



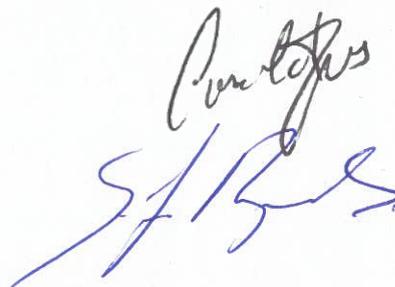
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas		-	-
Prestações de serviços	13.1	833 482,13	164 852,97
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	1 151 256,85	876 526,41
Fornecimentos e serviços externos	24.5	(1 078 328,20)	(619 516,80)
Gastos com pessoal	19	(502 366,38)	(411 988,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	9 008,83	1 800,13
Aumentos/reduções de justo valor		160,79	-
Outros rendimentos e gastos	24.3	40 086,58	20 551,66
Outros gastos e perdas	13.1	(27 156,81)	(44 372,58)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		426 143,79	(12 147,17)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5	(201 170,37)	(199 691,62)
RESULTADOS OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		224 973,42	(211 838,79)
Juros e gastos similares suportados	24.1	(151 012,91)	(89 562,59)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		73 960,51	(301 401,38)
Imposto sobre o rendimento		7 235,28	10 935,50
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		81 195,79	(290 465,88)

O Contabilista Certificado



A Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1 036 073,97	136 574,20
Recebimentos de contribuintes		-	-
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(1 200 914,15)	(538 517,89)
Pagamentos ao pessoal		(487 128,79)	(411 051,57)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		(651 968,97)	(812 995,26)
Outros recebimentos/pagamentos		926 164,69	1 183 627,69
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)		274 195,72	370 632,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8 108,32)	(103 225,96)
Ativos intangíveis		(59 722,14)	(224,00)
Investimentos financeiros		-	(1 859,16)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Transferências de capital		6 500,00	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)		(61 330,46)	(105 309,12)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 400 000,00	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		300 768,44	50 905,12
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 720 775,17)	(229 467,08)
Juros e gastos similares		(177 298,37)	(89 680,65)
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)		(197 305,10)	(268 242,61)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		15 560,16	(2 919,30)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		184 464,22	187 383,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		200 024,38	184 464,22

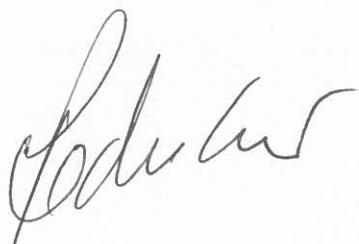
O Contabilista Certificado



A Administração



RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		184 464,22	187 383,52
- Equivalentes a caixa no início do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da gerência anterior	5	184 464,22	187 383,52
De execução orçamental		184 464,22	187 383,52
De operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		200 024,38	184 464,22
- Equivalentes a caixa no fim do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo para a gerência seguinte	5	200 024,38	184 464,22
De execução orçamental		200 024,38	184 464,22
De operações de tesouraria		-	-






COLISEU
MICAELENSE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023

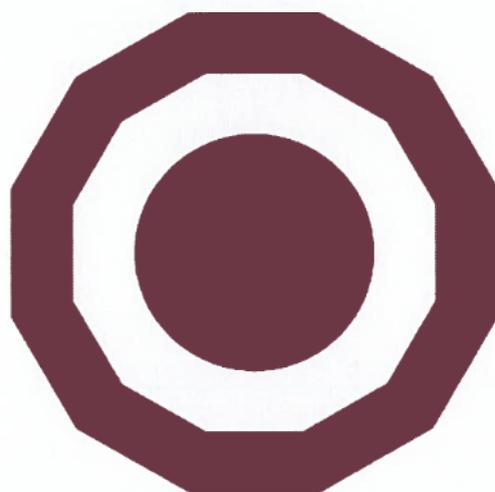
(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA EMPRESA-MÃE						Total do património líquido		
	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização		Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	1 750 000,00	(244,51)	258 000,00	66 776,80	957 521,72	7 535 428,45	(290 465,88)	10 277 016,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação do resultado líquido de 2022		-	-	-	-	(290 465,88)	-	290 465,88	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						58 942,77	(58 942,77)	-	-
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	(231 523,11)	(58 942,77)	290 465,88	-
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	81 195,79	81 195,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3	-	-	-	-	(231 523,11)	(58 942,77)	371 661,67	81 195,79
Entradas para cobertura de perdas						300 768,44	-	-	300 768,44
	5	-	-	-	-	300 768,44	-	-	300 768,44
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1+2+3+5	1 750 000,00	(244,51)	258 000,00	66 776,80	1 026 767,05	7 476 485,68	81 195,79	10 658 980,81

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA EMPRESA-MÃE						Total do património líquido		
	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização		Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	1 750 000,00	(244,51)	258 000,00	66 776,80	888 499,59	7 451 104,64	(40 825,76)	10 373 310,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação do resultado líquido de 2021		-	-	-	-	(40 825,76)	-	40 825,76	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						58 942,77	84 323,81	-	143 266,58
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	18 117,01	84 323,81	40 825,76	143 266,58
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	(290 465,88)	(290 465,88)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3	-	-	-	-	18 117,01	84 323,81	(249 640,12)	(147 199,30)
Entradas para cobertura de perdas						50 905,12	-	-	50 905,12
	5	-	-	-	-	50 905,12	-	-	50 905,12
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1+2+3+5	1 750 000,00	(244,51)	258 000,00	66 776,80	957 521,72	7 535 428,45	(290 465,88)	10 277 016,58



COLISEU MICAELENSE

Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

O Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A, adiante designada Coliseu Micaelense, tem a sua sede na Rua de Lisboa, Ponta Delgada e tem como objeto principal a promoção e gestão de equipamentos coletivos, bem como a prestação de serviços públicos na área da cultura. Isso envolve a gestão e programação do edifício de sua propriedade e de outros espaços e equipamentos que estejam sob sua responsabilidade.

Dentro do escopo dos serviços públicos, as atividades da Coliseu Micaelense E.M. S.A. incluem:

- a) Assegurar a programação artística e cultural, bem como a gestão geral e exploração dos espaços e equipamentos municipais sob sua responsabilidade.
- b) Organizar, produzir e supervisionar atividades e eventos artísticos e culturais alinhados com as diretrizes de dinamização cultural e apoio às artes definidas pelo Município de Ponta Delgada.
- c) Participar, promover e financiar produções culturais próprias ou em colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, dentro do escopo de seu objeto social.
- d) Promover a dinamização artística e cultural do concelho de Ponta Delgada.
- e) Contribuir para a formação de públicos nas áreas das artes e do espetáculo.
- f) Fomentar o intercâmbio cultural e artístico a nível nacional e internacional.
- g) Organizar, programar, gerir e supervisionar eventos e ações artísticas, culturais e de entretenimento.

A entidade é detida em 99,79% pelo Município Ponta Delgada.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Numerário	1 183,38	1 284,55
Depósitos bancários	198 841,00	183 179,67
Outros depósitos bancários	-	-
TOTAL	200 024,38	184 464,22

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto- -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e surgiu da necessidade de se dispor de um

sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, que contribua decisivamente para o rigor e transparência na gestão pública.

A implementação deste novo modelo implicou um processo de transição e a sua entrada em vigor para a Administração Local e entidades reclassificadas foi sucessivamente adiada. Mais recentemente, o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, veio determinar a aplicação deste novo referencial contabilístico às entidades pertencentes ao subsetor da administração local com efeitos ao exercício de 2020.

Em virtude da reclassificação efetuada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que incorporou o Coliseu Micaelense na lista das entidades que integram o setor institucional das Administrações Públicas, os elementos de prestação de contas de 2023 encontram-se preparados, no que concerne às demonstrações financeiras e correlativas notas do anexo, de acordo com o novo referencial contabilístico – SNC AP.

2.2. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP

A Entidade aplica, pela primeira vez, o SNC-AP, por ter sido classificada como entidade reclassificada pelo INE

Neste processo de transição do regime não ocorreram quaisquer ajustamentos nas demonstrações financeiras com impacto nos resultados do período transato ou de períodos anteriores.

Com a transição para o normativo SNC-AP em 2023, a entidade passou a adotar as taxas de depreciação do Classificador Complementar 2 (CC2) para os bens adquiridos a partir da adoção do novo normativo, mantendo as vidas úteis anteriormente definidas para os bens adquiridos até 2023.

2.3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Coliseu Micaelense são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.





COLISEU
MICAELENSE

(Handwritten signature)

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o classificador complementar 2 para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

(Handwritten mark)

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio ponderado. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Clientes e outras contas a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são mensuradas ao custo amortizado diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é





provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais

participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro de 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence – se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram – se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são mensurados ao custo amortizado.

Financiamentos bancários

Os empréstimos são mensurados ao custo amortizado. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 4.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Rédito e regime do acréscimo



O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento estão registados em capitais próprios e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período em função dos gastos incorridos que o incentivo pretende compensar.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração de fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

É de referir ainda que todas as quantias estão disponíveis para uso.

Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP, o Conselho de Administração da empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, foram os seguintes:

QUADRO 3.1 – ATIVOS INTANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

2023	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO				
	RUBRICAS (1)	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 799,09	1 649,75	-	149,34	54 542,14	4 760,67	-	-	49 781,47
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1 799,09	1 649,75	-	149,34	54 542,14	4 760,67	-	-	49 781,47

2022	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO				
	RUBRICAS (1)	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 575,09	1 575,09	-	-	1 799,09	1 649,75	-	-	149,34
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	29 911,71	11 733,73	-	-	18 177,98	1 799,09	1 649,75	-	149,34

QUADRO 3.2 – ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

2023	RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIAÇÕES							QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
			ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNC IAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZA ÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	AMORTIZAÇ ES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	149,34	52 743,05	-	-	-	-	-	3 110,92	-	49 781,47
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	149,34	52 743,05	-	-	-	-	-	3 110,92	-	49 781,47

2022	RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIAÇÕES							QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
			ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNC IAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZA ÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	AMORTIZAÇÔ ES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Programas de computador e sistemas de informação	-	224,00	-	-	-	-	74,66	-	149,34
	Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	224,00	-	-	-	-	74,66	-	149,34

QUADRO 3.2A – ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

2023	RUBRICAS (1)	INTERNAS (2)	ADIÇÕES							TOTAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
			COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNC IA OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTUR AÇÃO (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Programas de computador e sistemas de informação	-	52 743,05	-	-	-	-	-	-	52 743,05
	Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	52 743,05	-	-	-	-	-	-	52 743,05

2022	RUBRICAS (1)	INTERNAS (2)	ADIÇÕES							TOTAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
			COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNC IA OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTUR AÇÃO (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Programas de computador e sistemas de informação	-	224,00	-	-	-	-	-	-	224,00
	Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	224,00	-	-	-	-	-	-	224,00

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens dos ativos fixos tangíveis foram mensurados, no seu reconhecimento, pelo custo de aquisição, e o custo de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A entidade utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

QUADRO 5.1 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA, VARIAÇÕES DO PERÍODO E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31/12/2023							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS AFT	ATF EM CURSO	
DESCRIÇÃO								
1 Quantia bruta escriturada inicial	-	20 478 583,48	965 047,88	10 999,00	120 840,35	12 223,40	-	21 587 694,11
2 Depreciações acumuladas iniciais	-	6 970 671,12	852 017,93	10 999,00	95 783,35	5 058,65	-	7 934 530,05
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-
4 QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA INICIAL (4=1-2-3)	-	13 507 912,36	113 029,95	-	25 057,00	7 164,75	-	13 653 164,06
5 MOVIMENTOS DO PERÍODO: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	161 164,67	24 743,29	-	106,90	4 700,54	-	181 314,32
5.1 Total das adições	-	-	840,50	-	9 273,86	6 630,77	-	16 745,13
Aquisições em 1º mão	-	-	840,50	-	9 273,86	6 630,77	-	16 745,13
5.2 Total das diminuições	-	161 164,67	25 583,79	-	9 380,76	1 930,23	-	198 059,45
Depreciações	-	161 164,67	25 583,79	-	9 380,76	1 930,23	-	198 059,45
Alienações (depreciações)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações (imobilizado)	-	-	-	-	-	-	-	-
6 QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA (6=4+5)	-	13 346 747,69	88 286,66	-	24 950,10	11 865,29	-	13 471 849,74
7 QUANTIA DE GARANTIA DE PASSIVOS E/OU TITULARIDADE RESTRINGIDA	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2009, procedeu-se à reavaliação do edifício Coliseu, reportada a essa data, da qual resultou um incremento patrimonial de 9.988.860 euros, que está reconhecido no património líquido.

QUADRO 5.2A – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DEPRECIÇÃO ACUMULADA NO FINAL PERÍODO

DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos e Recursos Naturais	-	-
Edifícios e outras construções	7 131 835,79	6 970 671,12
Equipamento Básico	877 601,72	852 017,93
Equipamento de Transporte	10 999,00	10 999,00
Equipamento Administrativo	105 164,11	95 783,35
Outros Ativos tangíveis	6 988,88	5 058,65
TOTAL	8 132 589,50	7 934 530,05

NOTA 7 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023, existiam três empréstimos bancários:

- i. Empréstimo celebrado em setembro de 2016, no montante de 684.721 euros, pelo prazo de 10 anos, reembolsável em 270 prestações de capital mensais, constantes e iguais. Os juros mensais são calculados à taxa anual Euribor de três meses com uma margem de segurança de 0,875%.
- ii. Empréstimo celebrado em dezembro de 2016, no montante de 1.259.590 euros, pelo prazo de 10 anos, sendo reembolsável em 270 prestações de capital mensais, constantes e iguais. Os juros são calculados à taxa anual Euribor de seis meses com uma margem de segurança de 0,500%.

- iii. Empréstimo celebrado em abril de 2023, no montante de 1.400.000 euros, pelo prazo de 7 anos, sendo reembolsável em 84 prestações de capital mensais, constantes e iguais. Os juros são calculados à taxa anual Euribor de seis meses com uma margem de segurança de 1,5%.



NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

A Administração efetuou uma rigorosa e criteriosa análise dos clientes cuja cobrabilidade estaria em causa, sendo os que apresentam dificuldades de cobrança qualificados como clientes de cobrança duvidosa, não tendo havido a necessidade de reforçar as imparidades constituídas em anos anteriores. Durante o ano de 2023 ocorreu a recuperabilidade de 9.008 euros de imparidades dos anos anteriores.

QUADRO 9.1 – IMPARIDADE DE ATIVOS

IMPARIDADE NA RÚBRICA CLIENTES	31/12/2023	31/12/2022
Clientes cobrança duvidosa	49 995,10	59 003,93
Perdas por imparidade acumuladas		
Saldo Inicial	59 003,93	62 003,93
Reforço / -reversão	- 9 008,83	- 3 000,00
Saldo Final	49 995,10	59 003,93
IMPARIDADES NA RÚBRICA OUTROS DEVEDORES	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	-	-
Reforço / -reversão	-	-
Saldo Final	-	-

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

QUADRO 10.1 - INVENTÁRIOS

RUBRICAS	31/12/2023			31/12/2022		
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
Mercadorias	4 759,22	-	4 759,22	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
Adiantamento por conta de compras	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4 759,22	-	4 759,22	-	-	-

QUADRO 10.2 – INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

	2023	2022
Existências Iniciais	-	-
Compras	4 759,22	-
Regularização Existências (+/-)	-	-
Existências Finais	4 759,22	-
CMVMC	-	-

NOTA 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Nos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destaca-se como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

QUADRO 13.1 – RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO

RÚBRICAS	2023	2022
CRÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO:		
Vendas		
Produtos alimentares e bebidas	-	-
Livros e documentação técnica	-	-
Publicações e Impressos	-	-
Material de escritório	-	-
Fardamentos e artigos pessoais	-	-
Prestação de serviços		
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-
Bilheteira	674 615,83	130 049,46
Aluguer de espaços	110 839,63	14 164,43
Patrocínios	-	-
Outros serviços	48 026,67	20 639,08
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	6 246,84	3 352,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	83,00	0,01
Rendimentos e ganhos em investimento	79,80	6 124,44
Outros	33 676,94	11 075,08
TOTAL	873 568,71	185 404,63



No Coliseu Micaelense, invertendo o que se tinha verificado em 2021 e 2020, foram levantadas as restrições implementadas no sector da cultura, nomeadamente com a suspensão por alguns períodos de espetáculos e limitação da lotação dos mesmos. As receitas demonstram uma retoma para níveis pré-pandemia, ainda que no princípio do ano ainda havia alguma desconfiança da população relativa eventos em espaços fechados.

NOTA 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis não reembolsáveis são inicialmente contabilizados no património líquido. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables ou amortizáveis são imputados numa base sistemática como rendimentos durante a vida útil do ativo, de forma a balancear os gastos de depreciação/amortização. Os subsídios à exploração são aqueles que se destinam a compensar gastos incorridos na exploração.

RÚBRICAS	2023	2022
SUBSÍDIOS SEM CONDIÇÃO		
Contrato programa - Administrações Públicas	1 150 000,00	875 223,00
Outros	1 256,85	1 303,41
TOTAL	1 151 256,85	876 526,41

NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 13 de março de 2023 na reunião do Conselho de Administração. Após essa data apenas a Assembleia Geral tem poder para alterar as mesmas.

A Administração está confiante na capacidade do Coliseu Micaelense de superar este período de alguma incerteza geopolítica e está convicta de que poderá continuar a oferecer uma programação cultural de qualidade ao público em geral.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

CLIENTES	31/dez/23			31/dez/22		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Clientes c/c	107 288,14	-	107 288,14	44 559,56	-	44 559,56
Clientes títulos a receber	-	-	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-	-	-
Clientes cob. duvidosa	49 995,10	-	49 995,10	59 003,93	-	59 003,93
TOTAL	157 283,24	-	157 283,24	103 563,49	-	103 563,49

18.2 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

FORNECEDORES	31/dez/23			31/dez/22		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores c/c	99 590,70	0,00	99 590,70	72 044,70	0,00	72 044,70
TOTAL	99 590,70	0,00	99 590,70	72 044,70	0,00	72 044,70

18.3 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/23			31/dez/22		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVOS						
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	429,02	-	429,02
Imposto sobre o valor acrescentado	22 908,90	-	22 908,90	63 616,20	-	63 616,20
TOTAL ATIVO	22 908,90	-	22 908,90	64 045,22	-	64 045,22
PASSIVOS						
Imposto sobre o rendimento	3 742,20	-	3 742,20	-	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 850,50	-	1 850,50	3 986,36	-	3 986,36
Contribuições para segurança social	8 420,72	-	8 420,72	10 605,60	-	10 605,60
Outras tributações	-	-	-	245,02	-	245,02
TOTAL PASSIVO	14 013,42	-	14 013,42	14 836,98	-	14 836,98

18.4 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	31/dez/23			31/dez/22		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVOS						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Devedores diversos	449,58	-	449,58	1 217,71	-	1 217,71
Outros acréscimos de rendimentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL ATIVO	449,58	-	449,58	1 217,71	-	1 217,71

18.5 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Outras contas a pagar”, tinha a seguinte composição:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	31/dez/23			31/dez/22		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
PASSIVOS						
Fornecedores de investimento	-	-	-	3 688,25	-	3 688,25
Credores por acréscimo de gastos	91 730,88	-	91 730,88	104 910,46	-	104 910,46
Credores diversos	76,25	-	76,25	18 052,30	-	18 052,30
Cauções	3 000,00	-	3 000,00	-	-	-
Ajustamentos de impostos - subsídios	-	834 288,40	-	-	845 265,88	-
TOTAL PASSIVO	94 807,13	834 288,40	929 095,53	126 651,01	845 265,88	971 916,89

18.6 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	31/dez/23			31/dez/22		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVOS						
F.C.T	-	4 495,96	4 495,96	-	3 813,49	3 813,49
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
TOTAL ATIVO	-	4 495,96	4 495,96	-	3 813,49	3 813,49

18.7 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da Entidade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 3.500 000 ações com o valor nominal de 50 cêntimos cada e era detido 99,76% pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e tinha a seguinte composição:

CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2023	31/12/2022
Capital	1 750 000,00	1 750 000,00
Ações (Quotas)	- 244,51	- 244,51
Reservas legais	258 000,00	258 000,00
Outras reservas	66 776,80	66 776,80
Resultados transitados	1 026 767,05	957 521,72
Excedentes de revalorização	7 476 485,68	7 535 428,45
	10 577 785,02	10 567 482,46
Resultado liquido	81 195,79	- 290 465,88
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10 658 980,81	10 277 016,58



NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

GASTOS COM O PESSOAL	2023	2022
GASTOS COM O PESSOAL	502 366,38	411 988,96
Remunerações dos órgãos sociais	44 716,65	6 000,00
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	357 717,01	321 427,20
Das quais: Participação nos lucros		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	89 615,98	76 078,66
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 264,90	3 458,12
Outros gastos com pessoal	5 051,84	5 024,98

No final de 2023, o Coliseu Micaelense registava um efetivo de 22 colaboradores.

NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DAS PARTES RELACIONADAS

A entidade é detida a 99.79% pela Câmara Municipal Ponta Delgada. As remunerações da pessoal chave de gestão foram:

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DE GESTÃO	2023	2022
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Remunerações	44 716,65	6 000,00
Encargos	10 620,20	1 425,00

Apresentamos uma tabela que evidencia as transações entre o Coliseu Micaelense e a empresa-mãe, Município de Ponta Delgada:

MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA (EMPRESA-MÃE)	2023		2022	
	CLIENTE/ OUTRO DEVEDOR	FORNECEDOR/ OUTRO DEVEDOR	CLIENTE/ OUTRO DEVEDOR	FORNECEDOR/ OUTRO DEVEDOR
Total das transações	1 450 768,44	182 727,00	-	-
Total dos saldos	-	-	-	-

Não existem outras entidades relacionadas.

NOTA 23 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Artigo 210º da Lei 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada com acordo à data de 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

De acordo com o n.º 1, alínea b) do Artigo 66º-A, os honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais de contas em 2023 e em 2022 (IVA incluído), foram os seguintes:

	31/12/2023	21/12/2022
Honorários do Revisor Oficial de Contas	6 960,00	6 960,00

NOTA 24 – OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

RESULTADOS FINANCEIROS	2023	2022
Juros e gastos similares suportados	151 012,91	89 562,59
Gasto de financiamento	-	-
Resultado	151 012,91	89 562,59

24.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

DIFERIMENTOS	31/12/2023			31/12/2022		
	CORRENTE	NÃO	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVO						
Gastos a reconhecer	26 130,07		26 130,07	29 781,91		29 781,91
TOTAL ATIVO	26 130,07	0,00	26 130,07	29 781,91	0,00	29 781,91
PASSIVOS						
Rendimentos a reconhecer						
Bilheteira	212 276,85		212 276,85	153 280,20		153 280,20
TOTAL PASSIVO	212 276,85	0,00	212 276,85	153 280,20	0,00	153 280,20

24.3 OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

OUTROS RENDIMENTOS	2023	2022
Ganhos em inventários	79,80	6124,44
Donativos		
Rendimentos suplementares	6246,84	3 352,13
Correções relativas a períodos anteriores	934,54	10 659,18
Imputação de subsídios ao investimento	0	0,00
Excesso da estimativa para impostos	0,00	415,9
Outros rendimentos e ganhos	32 825,40	0,00
TOTAL	40 086,58	20 551,65

24.4 OUTROS GASTOS

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

OUTROS GASTOS	2023	2022
Impostos	21827,24	16549,72
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	5 238,53	18 307,16
Outros gastos e perdas	91,04	3 190,06
TOTAL	27 156,81	38 046,94

24.5 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2023	2023
Subcontratos	805 472,13	443 588,17
Serviços especializados	164 592,29	121 646,62
Materiais de consumo	21 639,12	7 630,52
Energia e fluídos	31 578,82	21 880,93
Deslocações, estadas e transportes	8 656,08	1 643,88
Serviços diversos	46 389,76	23 126,68
TOTAL	1 078 328,20	619 516,80

24.6 INDICAÇÃO DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Os órgãos sociais e de gestão tinham a seguinte composição:



COLISEU
MICAELENSE

Conselho de Administração			
Nome	Cargo	Data inicio	Data fim
Cassilda Alexandra Antunes Lopes	Presidente	28-10-2022	
Sérgio Alberto Fontes Rezendes	Vogal	28-10-2022	

Assembleia - Geral			
Nome	Cargo	Data inicio	Data fim
Pedro Filipe Rodrigues Furtado	Presidente	28-10-2022	
Luís Pedro Marques da Silva	Secretário	28-10-2022	

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

O contabilista Certificado

A Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e dos recebimentos e do desempenho orçamental. O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique: a) se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado, e; b) se os recursos foram obtidos e usados de acordo com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Para a satisfação destes objetivos as demonstrações orçamentais, relativas ao período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, apresentamos os seguintes elementos:

NOTA 1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS RECEITA - 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Rubrica	Descrição	Receita				
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
CORRENTE						
R5	Transferências e subsídios correntes	900 000,00	251 256,85	-	-	1 151 256,85
R5.1	Transferências correntes	900 000,00	251 256,85	-	-	1 151 256,85
R5.1.1	Administração Públicas	900 000,00	251 256,85	-	-	1 151 256,85
R5.1.1.4	Administração Regional	-	1 256,85	-	-	1 256,85
R5.1.1.5	Administração Local	900 000,00	250 000,00	-	-	1 150 000,00
R5.2	Subsídios correntes	-	-	15 673,30	-	-
R6	Venda de bens de serviços	370 203,27	452 216,15	-	-	822 419,42
R7	Outras receitas correntes	-	364 465,00	7 836,65	-	356 628,35
TOTAL CORRENTE		1 270 203,27	1 067 938,00	7 836,65	-	2 330 304,62
CAPITAL						
R8	Venda de bens de investimento	-	79,80	-	-	79,80
R9	Transferências e subsídios de capital	-	6 500,00	-	-	6 500,00
R9.1	Transferências de capital	-	6 500,00	-	-	6 500,00
R9.1.2	Exterior - UE	-	6 500,00	-	-	6 500,00
R13	Receita com passivos financeiros	-	1 400 000,00	-	-	1 400 000,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	-	184 464,22	-	-	184 464,22
TOTAL CAPITAL		-	1 591 044,02	-	-	1 591 044,02
TOTAL GERAL		1 270 203,27	2 658 982,02	7 836,65	-	3 921 348,64

NOTA 2 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DESPESA - 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Rubrica	Descrição	Despesa				
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
CORRENTE						
D1	Despesas com o pessoal	445 572,20	193 482,32	148 251,37	-	490 803,15
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	357 417,36	158 378,98	135 058,98	-	380 737,36
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	18 953,21	-	-	18 953,21
D1.3	Segurança social	88 154,84	16 150,13	13 192,39	-	91 112,58
D2	Aquisição de bens e serviços	459 303,07	1 270 279,26	347 946,72	-	1 381 635,61
D3	Juros e outros encargos	151 868,00	256 080,38	253 723,35	-	154 225,03
D5	Outras despesas correntes	15 600,00	377 509,29	340 985,56	-	52 123,73
TOTAL CORRENTE		1 072 343,27	2 097 351,25	1 090 907,00	-	2 078 787,52
CAPITAL						
D6	Aquisição de bens de capital	197 860,00	293 401,02	401 161,98	-	90 099,04
D10	Despesa com passivos financeiros	-	1 853 244,81	100 782,73	-	1 752 462,08
TOTAL CAPITAL		197 860,00	2 146 645,83	501 944,71	-	1 842 561,12
TOTAL GERAL		1 270 203,27	4 243 997,08	1 592 851,71	-	3 921 348,64

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Demonstração Desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2023)					
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	184 464,22	0,00	0,00	0,00	0,00	184 464,22
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente						
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	300 768,44	968 529,85	0,00	0,00	0,00	1 269 298,29
R5.1	Administrações Públicas	300 768,44	968 529,85	0,00	0,00	0,00	1 269 298,29
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	1256,85	0,00	0,00	0,00	1256,85
R5.1.5	Administração Local	300 768,44	967 273,00	0,00	0,00	0,00	1268 041,44
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	780 786,37	126 331,20	0,00	0,00	0,00	907 117,57
R7	Outras receitas correntes	121 101,15	1625,50	0,00	0,00	0,00	122 726,65
	Receita de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	79,80	0,00	0,00	0,00	0,00	79,80
R9	Transferências de Capital	0,00	6 500,00	0,00	0,00	0,00	6 500,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	6 500,00	0,00	0,00	0,00	6 500,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	1 202 735,76	1 102 986,55	0,00	0,00	0,00	2 305 722,31
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	1 400 000,00	0,00	1 400 000,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	1 400 000,00	0,00	1 400 000,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1 387 199,98	1 102 986,55	0,00	1 400 000,00	0,00	3 890 186,53
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Demonstração Desempenho Orçamental

RUBRICA	FONTES DE FINANCIAMENTO (2023)						TOTAL
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	480 543,18	0,00	0,00	0,00	480 543,18
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	376 258,79	0,00	0,00	0,00	376 258,79
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	18 845,72	0,00	0,00	0,00	18 845,72
D1.3	Segurança social	0,00	85 438,67	0,00	0,00	0,00	85 438,67
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	1 203 620,25	0,00	0,00	0,00	1 203 620,25
D3	Juros e outros encargos	0,00	81 111,91	0,00	67 634,33	0,00	148 746,24
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	4 596,94	16 694,82	0,00	0,00	0,00	21 291,76
Despesa de Capital							
D7	Investimento	0,00	84 294,56	0,00	0,00	0,00	84 294,56
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		4 596,94	1 866 264,72	0,00	67 634,33	0,00	1 938 495,99
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	1 751 666,16	0,00	1 751 666,16
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1 751 666,16	0,00	1 751 666,16
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]		4 596,94	1 866 264,72	0,00	1 819 300,49	0,00	3 690 162,15
Pagamentos de operações de tesouraria [C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		1 382 603,04	-763 278,17	0,00	-419 300,49	0,00	200 024,38
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]		1 198 138,82	-763 278,17	0,00	-67 634,33	0,00	367 226,32
Despesa primária		4 596,94	1 785 152,81	0,00	0,00	0,00	1 789 749,75
Saldo corrente		1 198 059,02	-685 483,61	0,00	-67 634,33	0,00	444 941,08
Saldo de capital		79,80	-77 794,56	0,00	0,00	0,00	-77 714,76
Saldo primário		1 198 138,82	-682 166,26	0,00	0,00	0,00	515 972,56
Receita total [1]+[2]+[3]		1 387 199,98	1 102 986,55	0,00	1 400 000,00	0,00	3 890 186,53
Despesa total [5]+[6]		4 596,94	1 866 264,72	0,00	1 819 300,49	0,00	3 690 162,15





DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita líquida	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Total	Períodos anteriores
	RECEITAS CORRENTES	2 330 304,62	58 490,71	2 571 185,27	212 184,01	2 308 110,52	8 968,01	8 968,01	53 255,19	2 245 887,32	118 349,46		
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R5	Transferências e subsídios correntes	1 151 256,85	-	1 452 025,29	182 727,00	1 269 298,29	-	-	-	-	-	0%	0%
R5.1	Transferências correntes	1 151 256,85	-	1 452 025,29	182 727,00	1 269 298,29	-	-	-	-	-	0%	0%
R5.1.1	Administração Pública	1 151 256,85	-	1 452 025,29	182 727,00	1 269 298,29	-	-	-	-	-	0%	0%
R5.1.1.4	Administração Regional	1 256,85	-	1 256,85	-	1 256,85	-	-	-	-	-	0%	100%
R5.1.1.5	Administração Local	1 150 000,00	-	1 450 768,44	182 727,00	1 268 041,44	-	-	-	-	-	0%	110%
R5.1.2	Exterior - UE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R6	Venda de bens de serviços	822 419,42	58 026,71	971 609,33	16 697,01	946 085,58	8 968,01	8 968,01	52 791,19	854 326,38	105 821,46	6%	104%
R7	Outras receitas correntes	356 628,35	464,00	147 550,65	12 760,00	122 726,65	-	-	464,00	122 262,65	12 276,65	0%	34%
	RECEITAS DE CAPITAL	6 579,80	-	6 579,80	-	6 579,80	-	-	-	6 579,80	-	0%	100%
R8	Venda de bens de investimento	79,80	-	79,80	-	79,80	-	-	-	79,80	-	0%	100%
R9	Transferências e subsídios de capital	6 500,00	-	6 500,00	-	6 500,00	-	-	-	6 500,00	-	0%	100%
R9.1	Transferências de capital	6 500,00	-	6 500,00	-	6 500,00	-	-	-	6 500,00	-	0%	100%
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R9.1.2	Exterior - UE	6 500,00	-	6 500,00	-	6 500,00	-	-	-	6 500,00	-	0%	100%
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R9.2	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
	RECEITAS NÃO EFETIVAS	1 400 000,00	-	1 400 000,00	-	1 400 000,00	-	-	-	1 400 000,00	-	0%	0%
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R13	Receita com passivos financeiros	1 400 000,00	-	1 400 000,00	-	1 400 000,00	-	-	-	1 400 000,00	-	0%	100%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R14	Saldo de gestão anterior - operações orçamentais	184 464,22	-	184 464,22	-	184 464,22	-	-	-	184 464,22	-	0%	100%
	TOTAL GERAL (RECEITAS CORRENTES)	2 330 304,62	58 490,71	2 571 185,27	212 184,01	2 308 110,52	8 968,01	8 968,01	53 255,19	2 245 887,32	118 349,46	2%	96%
	TOTAL GERAL (RECEITAS DE CAPITAL)	6 579,80	-	6 579,80	-	6 579,80	-	-	-	6 579,80	-	0%	100%
	TOTAL GERAL (RECEITAS NÃO EFETIVAS)	1 400 000,00	-	1 400 000,00	-	1 400 000,00	-	-	-	1 400 000,00	-	0%	100%
	TOTAL GERAL (RECEITAS NÃO EFETIVAS)	3 921 348,64	58 490,71	4 162 229,29	212 184,01	3 899 154,54	8 968,01	8 968,01	53 255,19	3 836 931,34	118 349,46	1%	98%

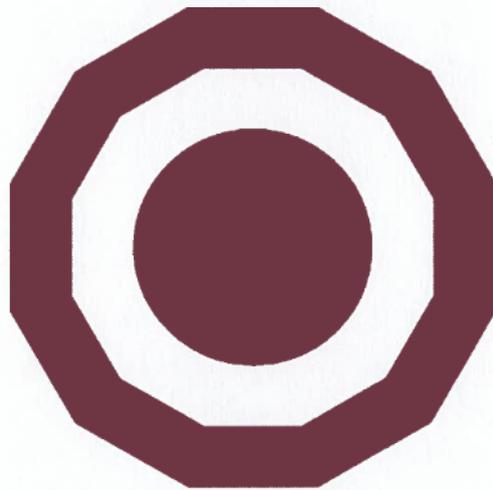


**COLISEU
MICAELENSE**

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Rubrica	Descrição	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D1	DESPESA CORRENTE	91.915,56	2.078.787,52	-	2.036.618,67	1.945.823,03	77.521,61	1.776.679,82	1.854.201,43	90.795,64	91.621,60	0%	98%
D1.1	Despesas com o pessoal	-	490.803,15	-	490.803,15	490.803,15	-	480.543,18	480.543,18	-	10.259,97	0%	99%
D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	-	380.737,36	-	380.737,36	380.737,36	-	376.258,79	376.258,79	-	4.478,57	0%	99%
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	18.953,21	-	18.953,21	18.953,21	-	18.845,72	18.845,72	-	107,49	0%	94%
D2	Segurança social	-	91.112,58	-	91.112,58	91.112,58	-	85.438,67	85.438,67	-	5.673,91	6%	82%
D3	Aquisição de bens e serviços	88.227,31	1.381.635,61	-	1.375.712,64	1.284.917,00	77.521,61	1.126.098,64	1.203.620,25	90.795,64	81.296,75	0%	96%
D4	Juros e outros encargos	-	154.225,03	-	148.800,39	148.800,39	-	148.746,24	148.746,24	-	54,15	0%	0%
D4.1.2	Transferências correntes e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D4.1.3	Entidades do Setor Não Lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D4.1.4	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D4.2	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D5	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D5	Outras despesas correntes	3.688,25	52.123,73	-	21.302,49	21.302,49	-	21.291,76	21.291,76	-	10,73	0%	41%
D6	DESPESA DE CAPITAL	-	90.099,04	-	85.084,72	84.294,56	3.688,25	80.606,31	84.294,56	790,16	-	-	89%
D7	Aquisição de bens de capital	-	90.099,04	-	85.084,72	84.294,56	3.688,25	80.606,31	84.294,56	790,16	-	4%	0%
D7.1	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D9	DESPESAS NÃO EFETIVAS	-	1.752.462,08	-	1.752.462,07	1.752.462,07	-	1.751.666,16	1.751.666,16	-	795,91	-	0%
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D10	Despesa com passivos financeiros	-	1.752.462,08	-	1.752.462,07	1.752.462,07	-	1.751.666,16	1.751.666,16	-	795,91	0%	100%
TOTAL GERAL (DESPESAS CORRENTES)		91.915,56	2.078.787,52	-	2.036.618,67	1.945.823,03	77.521,61	1.776.679,82	1.854.201,43	90.795,64	91.621,60	4%	85%
TOTAL GERAL (DESPESAS DE CAPITAL)		-	90.099,04	-	85.084,72	84.294,56	3.688,25	80.606,31	84.294,56	790,16	-	4%	89%
TOTAL GERAL (DESPESAS NÃO EFETIVAS)		-	1.752.462,08	-	1.752.462,07	1.752.462,07	-	1.751.666,16	1.751.666,16	-	795,91	0%	100%
TOTAL GERAL		91.915,56	3.921.348,64	-	3.874.165,46	3.782.579,66	81.209,86	3.608.952,29	3.690.162,15	91.585,80	92.417,51	2%	92%



COLISEU MICAELENSE

Certificação Legal das Contas

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 13.887.687 euros e um total de património líquido de 10.658.981 euros, incluindo um resultado líquido de 81.196 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

 Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Duarte

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCÓ DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 3.890.187 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.690.162 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 27 de Março de 2024



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2023

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., relativos ao exercício de 2023.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2023, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@gmail.com

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 27 de Março de 2024

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)